

# A “grande republica fundada por Washington”: Harriet Beecher Stowe, a Guerra Civil Norte-Americana e a Escravatura Estado-Unidense em *O Panorama*

*Teresa Pereira*

(NOVA FCSH/CETAPS)

## Introdução

No começo de Setembro de 1846, *O Panorama*, “Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Portuguesa dos Conhecimentos Úteis”,<sup>1</sup> foi relançado, após ter sido inaugurado em 6 de Maio de 1837, altura em que Alexandre Herculano (1810-1877) assumira a direcção do periódico. Inspirando-se na *Penny Magazine* e em *Le Musée des Familles*, (Rodrigues 404) *O Panorama*, profundamente conectado ao liberalismo português<sup>2</sup> (assim como

- 
1. Sociedade que ambicionava “[p]ropagar os conhecimentos úteis por todos os meios de que possa dispor e, desde já, por meio duma publicação semanal”, contando com D. Maria II (1834-1853) e a família real como accionistas. (Rodrigues 540)
  2. Definido como “a expressão ideológica da génese e afirmação da sociedade que surge em consequência da desagregação da sociedade medieval e que determina na consciência política europeia a passagem do movimento das luzes ao movimento dos povos”, (Torgal e Roque 213) o liberalismo, de um modo geral, condena o absolutismo e defende a liberdade, a igualdade, a propriedade e a segurança individual. Durante a primeira metade do século XIX, o liberalismo emergiu em Portugal como uma ideologia política dominante que legitimou uma nova ordem social, divulgada por uma geração que havia absorvido os ideais subjacentes iluminismo e que conhecia as teorizações de variados autores estrangeiros conectados às ideias liberais. A evolução do liberalismo português revela-se indissociável dos múltiplos movimentos revolucionários contra o absolutismo que foram despontando desde 1820 em Portugal. O primeiro denominou-se vintismo (1820-1823), período inaugurado pela Revolução

ao romantismo), ambicionava compensar as carências educativas dos segmentos populacionais mais desfavorecidos e a aparentemente deficitária formação superior verificada em Portugal. Para tal, o periódico, de teor enciclopedista (característica ligada às ideias liberais) e na senda do espírito iluminista, (Torgal e Roque 213; Brito 340-341) procurava disseminar diferentes “conhecimentos úteis” de “instrução variada”, (Correia 4) abordando temas como, por exemplo, a história nacional e estrangeira, biografias, literatura, direito, economia, comércio, entre outros.

Criado num período de profunda instabilidade e luta política,<sup>3</sup> *O Panorama* visou abster-se do debate partidário, (Brito 339) o que não significa que se tenha inibido de defender “as políticas, os projetos, as ideias e os valores que considerava essenciais para a reforma e o incremento do país”. (Correia 3) De entre os temas abordados pelo jornal que claramente revelam a sua orientação ideológica deve destacar-se o da abolição da escravatura e do seu comércio, a “grande causa filantrópica oitocentista”, como a caracterizam Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques na *Nova História de Portugal*. (2002, vol. IX, 165-166) Com efeito, ao longo do espaço de tempo em que o periódico foi publicado, diversas foram as peças que, de um modo ou de outro, atacaram o sistema escravagista vigente nas colónias portuguesas até 1869, altura em que a ordem escravocrata foi abolida pelo decreto de 25 de Fevereiro do mesmo ano, que contou com a participação de José Maria Latino Coelho (1825-1891), colaborador de *O Panorama*.

Dos vários artigos onde se vislumbra uma clara desaprovação da escravatura e do seu comércio cumpre destacar os publicados por

---

Liberal de 1820, chegando ao fim em 1823, depois de ter dado início ao processo de desmantelamento do Antigo Regime e de ter apresentado a primeira Constituição portuguesa, de 1822. O segundo movimento intitulou-se cartismo, caracterizado por uma índole mais conservadora, apoiada na Carta Constitucional de 1826, seguindo-se-lhe o terceiro movimento, despoletado pela Revolução de Setembro de 1836 e instituindo a Constituição de 1838. (Torgal e Roque 214-215)

3. Com efeito, *O Panorama* começou a ser publicado em Maio de 1837, quando, somente uns meses antes, se dera a Revolução de 9 de Setembro de 1836, procedida pela Belenzada (golpe falhado que pretendia derrubar o governo setembrista e restaurar o cartismo), de 2 a 4 de Novembro de 1836. Mais tarde, durante a terceira série de *O Panorama*, teria lugar a Revolta da Maria da Fonte, contra o Governo de António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889), e a subsequente Guerra da Patuleia, travada entre cartistas e setembristas de Outubro de 1846 a Junho de 1847.

ocasião da visita de Harriet Beecher Stowe (1811-1896),<sup>4</sup> autora de *Uncle Tom's Cabin; or. Life Among the Lowly* (1852),<sup>5</sup> à Grã-Bretanha, em 1853, e os divulgados após o final da Guerra Civil norte-americana (1861-1865),<sup>6</sup> em 1866. Nos escritos referentes a Stowe, a autora e a sua obra são não só elogiadas pela severa crítica que apresentam ao sistema escravagista, mas também utilizadas para atacar a ordem escravocrata, na altura ainda perpetrada pelos países europeus, sem que se mencione, no entanto, a escravatura vigente, à data, nos Estados Unidos da América (EUA). Já nos textos alusivos à Guerra Civil, a *peculiar institution* norte-americana é referida, sublinhando-se que havia sido o desejo de extinguir o sistema escravagista em vigor na América do Norte que levara os estados do Norte e do Sul a voltarem-se uns contra os outros, dando origem a um confronto fratricida que ceifou um número sem precedentes de vidas de norte-americanos.

Visando compreender o motivo pelo qual as peças publicadas no referido jornal a respeito de Stowe e da Guerra Civil adoptam a postura a que acima se aludiu, o estudo que aqui se apresenta pretende responder às seguintes perguntas de investigação: Que imagens dos EUA foram veiculadas junto da população portuguesa por *O Panorama* como resultado de se ter escolhido, nas publicações relativas a Stowe, não mencionar a escravatura norte-americana e, nas atinentes à Guerra Civil, não a omitir? e Por que motivo *O Panorama* procurou esboçar tais imagens dos EUA e disseminá-las em Portugal? Assim, o trabalho doravante desenvolvido almeja colmatar uma lacuna existente no âmbito do estudo do referido periódico, já que, apesar dos variados escritos que o mencionam ou que se dedicam inteiramente a *O Panorama*, nenhum se debruça sobre o papel desempenhado pelo

---

4. Nascida em 1811, em Litchfield, Connecticut, no seio de uma prominente família de clérigos presbiterianos sediada em Nova Inglaterra, Harriet, filha de Lyman Beecher (1775-1863) e de Roxana Foote Beecher (1775-1816), começou por publicar *Uncle Tom's Cabin* no periódico abolicionista *The National Era*, dirigido por Gamaliel Bailey (1807-1859), entre 1851 e 1852.

5. Romance que acompanha a história do afro-americano escravizado, Uncle Tom, que, apesar da sua notável devoção e da sua nobreza de espírito, acaba por ser assassinado a pedido do homem que o havia comprado.

6. Conflito que se estendeu de 1861 a 1865, travado entre a União norte-americana e os estados do Sul que dela se separaram, formando os Estados Confederados da América.

periódico na construção e disseminação de imagens dos EUA junto dos leitores portugueses. De igual maneira, a análise aqui levada a cabo permitirá aprofundar o conhecimento a respeito das relações luso-americanas, considerando dois conjuntos de artigos, à luz do contexto liberal português em que surgiram e que não foram ainda alvo de atenção, nem relacionados entre si.

Note-se que Portugal assistiu a uma notável expansão do jornalismo de opinião e de informação na segunda metade do século XIX, altura em que a imprensa conheceu a sua “idade de ouro”, (Serrão e Marques, vol. X, 12-13) deixando de estar circunscrita a uma elite. Tal deveu-se a factores como a melhoria do nível de vida, a urbanização, a generalização do acesso à instrução, a democratização da vida política, o desenvolvimento dos transportes e das comunicações e o aprimoramento das técnicas de produção associadas à imprensa periódica. De entre estas técnicas, convirá destacar o uso dos rolos (introduzidos, pela primeira vez, em Portugal pela tipografia de *O Panorama*, em 1837) e o recurso a gravuras com uma qualidade cada vez maior, na senda de publicações periódicas estrangeiras como *Magasin Pittoresque*, *Illustration* e *The Illustrated London News*. (Tengarrinha 864) Transformada num produto industrial capaz de mobilizar elevadas quantidades de capital, investimentos e trabalhadores, a imprensa expandiu-se não só em Lisboa e no Porto, mas também, e ineditamente, nos centros urbanos da província, (Serrão e Marques, vol. X, 12-13) surgindo jornais em praticamente todas as capitais de distrito e cidades importantes da província, como, por exemplo, Funchal, Angra do Heroísmo, Braga, Guimarães, Setúbal e Santarém. (Tengarrinha 846) Os jornais passaram a constituir um instrumento privilegiado para manter a população ao corrente da vida pública, adquirindo o carácter de um produto de consumo corrente e de baixo custo, possibilitado pela publicidade, pela diminuição dos gastos associados à produção e pela extinção da taxa do selo. (Serrão e Marques, vol. X, 12-13)

Na era de profícuo desenvolvimento do jornalismo português, a imprensa desempenhou um papel basilar na “expansão das ideias liberais” e na “adaptação das mentalidades e dos modos de vida aos

novos tempos que então se faziam sentir”, (Serrão e Marques, vol. X, 13) constituindo *O Panorama*, de índole claramente liberal, um exemplo paradigmático. Recorde-se que o jornal tinha um custo de \$25 avulso, existindo também a possibilidade de assinaturas trimestrais, semestrais ou anuais, o que significa que o preço de aquisição era relativamente baixo. Desta forma, o periódico conseguia chegar a um público bastante vasto, como evidencia o número de 5000 exemplares impressos, no primeiro ano de vida de *O Panorama*, “caso único em a história das publicações periódicas em Portugal”. (“Gallicismos” 52-53; Brito 341)<sup>7</sup> Este público, tradicionalmente associado a pessoas de idade mais avançada, passou a englobar camadas populacionais mais jovens, como consequência do alargamento do acesso à instrução e da crescente preocupação pelas temáticas políticas e sociais. (Tengarrinha 854) Assim, as imagens veiculadas pelo jornal, nomeadamente as respeitantes aos EUA, indissociáveis do projecto ideológico liberal português, conheceram uma ampla projecção no seio dos leitores portugueses, contribuindo para moldar a opinião pública, pelo que o seu estudo se afigura da maior relevância.

Para levar a cabo esta análise, o presente trabalho apoiar-se-á na imagologia literária, “um campo privilegiado de pesquisa e de estudo das relações entre os seres” que se debruça sobre as imagens construídas a respeito da alteridade, olhando para essas imagens como constructos históricos. (Simões 9-10) Os estudos imagológicos, cuja longa história remonta, pelo menos, ao século XIX, constituíram um subdomínio da Literatura Comparada, (Simões 37) entranhando-se no campo da representação, contrapondo “alteridades e identidades e, por isso mesmo, [interpelando-nos] a ler nos interstícios das imagens”. (Simões 10) Compete a este campo de estudo considerar as conotações e nuances inerentes a essas imagens, auto-imagens e hetero-imagens, bem como as características próprias dos conflitos, choques e ambivalências nelas inscritas. Assim, a imagologia literária

---

7. Note-se que *The Penny Magazine*, na qual *O Panorama* se inspirou, chegou a distribuir, apenas no ano de 1837, 300.000 exemplares, o que demonstra a diferença existente entre Portugal e a Inglaterra, ao nível de vendas de periódicos e da literacia. (Brito 341)

debruça-se sobre as relações que se estabelecem entre diferentes sistemas culturais, procurando interpretar as representações do “Outro”, seja extra- ou intra-muros. (Simões 40; Moll 347)

Das três principais linhas de investigação abraçadas pelos estudos imagológicos, a investigação aqui levada a cabo adoptará a primeira, de cariz mais histórico, pois visa observar as imagens e as contra-imagens surgidas num determinado período histórico, já com “o distanciamento que o tempo presente do crítico possibilita”. (Simões 41) Como tal, e dado que a imagologia literária se reveste de um carácter interdisciplinar, o trabalho desenvolvido nas páginas seguintes recorrerá amplamente à História de Portugal e dos EUA para tentar compreender as imagens veiculadas pelos artigos publicados em *O Panorama* a respeito de Stowe e da Guerra Civil e sua relação com a escravatura, sem que, no entanto, se descurem os estudos literários e de cultura. Empregar-se-á também a distinção axial estabelecida por Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux entre as três atitudes fundamentais adoptadas pelo “Eu” face ao “Outro” que é olhado – a mania (que constrói o “Outro” como superior), a fobia (que concebe o “Outro” como inferior) e a filia (que crê que tanto o “Eu” como o “Outro” se afiguram positivos e complementares entre si) (60-63; Simões 44; e Mendes 98) –, sobretudo com a intenção de entender o posicionamento de um periódico de teor liberal, *O Panorama*, face à nação estado-unidense.

O artigo aqui apresentado encontra-se dividido em quatro momentos distintos, nos quais já se inclui a presente secção introdutória. Segue-se uma alínea dedicada à análise de Stowe, da sua obra e dos artigos que sobre ambas surgiram em *O Panorama*. Considera-se, depois, o conflito armado norte-americano e as peças jornalísticas que a ele se referem. Por fim, estabelece-se uma relação entre o liberalismo português e os EUA, antes de se encerrar o trabalho com uma breve secção na qual se procura extrair algumas conclusões.

## 1. Harriet Beecher Stowe e *Uncle Tom's Cabin*

O contacto de Harriet Beecher Stowe com a questão da escravatura começou no seio da sua própria família, já que o pai se opunha ao sistema esclavagista vigente nos EUA, ainda que defendesse a sua gradual abolição, nomeadamente através do apoio dado ao movimento que pretendia que os afro-americanos fossem enviados para África, (Land 1) intenção profundamente ligada à criação do estado da Libéria.<sup>8</sup> De igual modo, o seu irmão, Edward Beecher (1803-1895), que se auto-denominava abolicionista conservador, (McDonald 28) acreditava que tanto a ordem escravocrata como a posse de escravos eram pecados orgânicos ou nacionais, (McDonald 22) o que significava que a responsabilidade associada a esses pecados não residia naquele que efectivamente escravizava, tal como se explica na "Declaration of Sentiments" elaborada para a Illinois Anti-Slavery Convention de 1837. (McDonald 23) Contudo, seria somente durante os dezoito anos que passou em Cincinnati, Ohio, que Stowe observaria de perto a *peculiar institution*, nomeadamente quando o pai, em 1832, se tornou

---

8. Em 1461, o explorador português Pedro de Sintra terá chegado à costa da actual Libéria, região onde se encontravam os Cabos Monte, Mesurado e Palmas, todos denominados por outros exploradores lusos que se seguiram a Sintra. A região terá ficado conhecida por Costa da Pimenta devido à abundância de sementes de pimenta malagueta, uma especiaria muito valiosa na altura. No século XIX, com os crescentes apelos para que a escravatura fosse abolida, a Costa da Pimenta foi apontada como um possível lar para os afro-americanos livres. Em 1818, dois agentes estado-unidenses e dois membros da American Colonization Society (fundada em 1816) visitaram a área e, em 1821, assinou-se um acordo entre estes e os chefes africanos locais em que se atribuiu a posse do Cabo Mesurado à American Colonization Society. Os primeiros afro-americanos livres chegaram ao local em 1822, seguindo-se-lhes Jehudi Ashmun (1794-1828), um norte-americano branco que se tornou o fundador efectivo da Libéria. (Pettersen *et al.* s.p.) A migração dos afro-americanos livres dos EUA para a Libéria, ainda que apoiada por figuras como Abraham Lincoln (1809-1865), foi amplamente contestada por afro-americanos e proeminentes abolicionistas, como Frederick Douglass (1817-1895). Com efeito, em 26 de Janeiro de 1849, em Rochester, Douglass afirmou rotundamente que os afro-americanos livres não desejavam ir para a Libéria, ambicionando antes permanecer nos EUA:

For two hundred and twenty-eight years has the colored man toiled over the soil of America, under a burning sun and a driver's lash – plowing, planting, reaping, that white men might roll in ease, their hands unhardened by labor, and their brows unmoistened by the waters of genial toil; and now that the moral sense of mankind is beginning to revolt at this system of foul treachery and cruel wrong, and is demanding its overthrow, the mean and cowardly oppressor is meditating plans to expel the colored man entirely from the country. Shame upon the guilty wretches that dare propose, and all that countenance such a proposition. We live here – have lived here – have a right to live here, and mean to live here. (*Apud* Lincoln, "Colonization" s.p.)

presidente do Lane Seminary, local onde trabalhava Calvin Stowe (1802-1886), o qual acabaria por se tornar seu marido. À distância da largura do rio Ohio do estado escravagista do Kentucky, Stowe foi forçada a assistir a vários protestos raciais, à presença constante de afro-americanos escravizados que haviam fugido, ao espectáculo dos caçadores de recompensas que os forçavam a voltar à condição desumana de que haviam escapado, ao medo e à raiva dos afro-americanos livres que, a qualquer momento, podiam ser raptados e vendidos e, ainda, à actividade dos abolicionistas. A casa da família Beecher constituía uma das primeiras paragens do *underground railroad*, um sistema construído à margem da lei, em funcionamento durante o *Antebellum Period* e que visava auxiliar escravos fugitivos a chegar a locais onde estariam em segurança, como os estados do Norte ou, até, o Canadá. (Williams 545) O papel desempenhado pelos Beecher no *underground railroad* foi reconhecido por Stowe numa carta dirigida à abolicionista Eliza Lee Cabot Follen (1787-1860), na qual Stowe escreveu o seguinte: “[t]ime would fail to tell you all that I learned incidentally of the slave system in the history of various slaves who came into my family, and of the underground railroad which, I may say, ran through our house.” (“Letter to the Abolitionist Eliza Cabot Follen” 457)

Apesar da relação próxima que foi forçada a manter com a escravatura, Stowe apenas se sentiu impelida a redigir *Uncle Tom’s Cabin* após a aprovação do *Fugitive Slave Act* de 1850, que, entre outros aspectos, penalizava qualquer pessoa livre, tanto no Norte como no Sul do país, que ajudasse afro-americanos escravizados a escapar aos que os haviam comprado. (“Fugitive Slave Acts” s.p.) Assim, tornava-se legalmente impossível não participar no sistema escravagista estado-unidense, o que levou uma das cunhadas de Stowe a endereçar-lhe uma carta, (Ammons, “Preface” vii) pedindo-lhe que utilizasse o seu talento para a escrita para dar voz ao descontentamento de diversos dos seus conterrâneos. Como resultado, Stowe rapidamente redigiu o romance em apreço, uma obra que recorre à metodologia de raiz puritana,<sup>9</sup>

---

9. Este método puritano aplicava-se tanto à leitura das Sagradas Escrituras como à sua utilização para compreender o significado de acontecimentos históricos e coevos. No seu sentido mais estrito, reporta-se



reescrevendo a história bíblica do povo escolhido, desta feita identificando-o com os afro-americanos escravizados. (Tompkins 565) Reiterando um mito religioso central da cultura norte-americana, Stowe colocou-o no contexto do principal conflito político-racial oitocentista do país, relacionando-o com a ordem escravocrata e com os valores socio-morais da sociedade estado-unidense, particularmente os da santidade, da maternidade e da família. (Tompkins 566) Para além de se aproximar da tradição literária puritana, o romance também se insere no seio das obras ligadas às jeremiadas,<sup>10</sup> interrelacionando a teologia com a política e a política com o que Sacvan Bercovitch descreveu como “the progress of the kingdom of God”, (9; e Tompkins 571) procurando concretizar o principal objetivo político de Stowe: “to bring in the day when the meek – that is to say, women – will inherit the earth.” (Tompkins 570) Com efeito, ainda que *Uncle Tom’s Cabin* ataque ferozmente a *peculiar institution*, o propósito fundamental de Stowe passava pelo estabelecimento do reino do paraíso na terra, (Tompkins 572) o que se encontra associado à visão utópica e arcádica que Stowe apresenta no capítulo “The Quaker Settlement”. Aqui, a autora exhibe um matriarcado que em nada se assemelhava à ordem social coeva, pois as instituições criadas pelos homens – a igreja, os tribunais e os sistemas económicos – foram substituídas pelo lar, que centralizou todas as actividades significativas. Assim, as mulheres e os afro-americanos levavam a cabo as tarefas

---

à prática de explicar sinais presentes no Antigo Testamento como formas de antecipação de acontecimentos, figuras, cerimónias e objectos do Novo Testamento. Contudo, aplicado de forma mais ampla, este método permitia aos puritanos olhar para “tipos” bíblicos do Antigo Testamento aplicando-os às suas próprias experiências pessoais. Assim, cada puritano podia interpretar e compreender as suas lutas espirituais e conquistas à luz de personagens bíblicas como Adão, Noé e Job, à semelhança do que, por exemplo, Mary Rowlandson (1637-1711) faz em *Narrative of the Captivity and Restoration of Mrs. Mary Rowlandson* (1682). Os puritanos também viam a construção da sua comunidade na América como a concretização das profecias bíblicas, identificando-a com “the New Israel”. (“Utopian Promise” 49-50)

10. Forma literária também associada aos puritanos, a jeremiada, influenciada pelos livros do Antigo Testamento, como os de Jeremias e Isaías, lamenta o declínio espiritual e moral de uma comunidade e interpreta os infortúnios como castigos de Deus por essa decadência. Simultaneamente, as jeremiadas interpretam tais infortúnios como provas paradoxais do amor de Deus e do estatuto da comunidade como a “escolhida”, pois, de acordo com a lógica das jeremiadas, Deus não se daria ao trabalho de punir uma determinada comunidade se não a visse como especial e fundamental para o seu plano divino. (“Utopian Promise” 49) Um claro exemplo de uma jeremiada é também a narrativa de cativo da puritana Rowlandson, já referida.

mais importantes, enquanto os homens se encontravam num canto, a barbear-se com satisfação. No lar, o trabalho era executado com um espírito de cooperação mútua, motivado por um “self-sacrificing love” e conduzido por uma mulher branca cristã, Rachel Halliday, “God in human form”, a qual, através das suas palavras doces, da sua moral gentil e da sua amabilidade maternal, influenciava todos os que a rodeavam. Deste modo, no matriarcado de Stowe, também sonhado pelas suas irmãs, Catherine Beecher<sup>11</sup> e Isabella Beecher Hooker,<sup>12</sup> não há qualquer espaço para competição, controlo ou exploração, pois as pessoas desempenham os seus papéis de boa vontade e com prazer. (Tompkins 572-573, 576)

Porventura o mais claro exemplo de uma jeremiada desde o *Great Awakening*,<sup>13</sup> o romance de Stowe falhou totalmente no respeitante ao projecto político matriarcal, da mesma forma que se demonstrou incapaz de apelar a alguns segmentos da crítica norte-americana, nomeadamente os que se encontravam ligados ao Sul e, portanto, claramente a favor da manutenção da escravatura. (Tompkins 571) De facto, intelectuais como George F. Holmes (1820-1897) não se abstiveram de acusar Stowe de não saber colocar-se no lugar que supostamente lhe havia sido destinado à nascença, “the high and holy office of maternity”, e de se envolver em assuntos de administração pública, entregando o Estado à arriscada protecção de “diaper diplomatists and wet-nurse politicians”. (519) Da mesma forma, outro autor considerou que Stowe nada mais tinha feito do que apresentar uma “absolute and audacious trash”, dificultando ainda mais o processo de abolição da escravatura, que acabaria por ocorrer de

- 
11. Irmã mais velha de Harriet, Catherine Beecher (1800-1878) concebeu um plano para a concretização da visão matriarcal de Stowe em *Treatise on Domestic Economy* (1841), que as duas irmãs reeditaram em 1869, numa versão alargada sob o título *The American Woman's Home*. Cf. Tompkins 573-575.
  12. Irmã mais nova de Harriet e feminista radical, Isabella Beecher Hooker (1822-1907) participou activamente em campanhas a favor dos direitos das mulheres e do sufrágio feminino. Hooker acreditava que, no novo milénio que se avizinhava, o mundo seria governado por mulheres e ela seria uma das líderes. Cf. Tompkins 573.
  13. Revivalismo religioso nas colónias britânicas localizadas na América do Norte que se estendeu maioritariamente da década de vinte à de quarenta do século XVIII. O fervor puritano das colónias havia decrescido no final da centúria de seiscentos, mas o *Great Awakening*, sob a chefia de Jonathan Edwards (1703-1758), George Whitefield (1714-1770) e outros, revitalizou o sentimento religioso na região. (“Great Awakening” s.p.)

uma forma natural, sem que fosse necessário impor aos estados do Sul qualquer ditame favorável à causa dos abolicionistas. O autor avisou, ainda, de um modo algo profético, que, caso se tentasse forçar o Sul a abdicar do sistema escravagista, no qual a sua economia assentava, a União acabaria, e a disrupção dos laços que ligavam os estados norte-americanos seria acompanhada por uma calamidade de proporções tais que a escravatura em nada se lhe comparava. (Anónimo 533-534) Para além de ter desagradado aos críticos, o romance de Stowe desencadeou a publicação de inúmeras narrativas e peças teatrais *anti-Tom*, maioritariamente redigidas por escritores do Sul, nas quais o protagonista se identifica com um proprietário benigno e patriarcal de afro-americanos escravizados, senhor de extensas plantações e usufruindo de uma vida próspera. (Gossett 491; Habich e Nowatzki 181)<sup>14</sup>

Não obstante, *Uncle Tom's Cabin* acabou por adquirir uma ampla popularidade, o que levou o redactor de *The National Era* a propor a sua publicação em formato de livro, como ocorreria em 20 de Março de 1852. (Habich e Nowatzki 181) Apesar de o marido de Stowe acreditar que o romance iria vender tão pouco que os lucros dele procedentes apenas permitiriam à sua mulher comprar um vestido novo, (Ammons, "Preface" ix) a obra transformou-se num fenómeno mundial, chegando a ultrapassar os trezentos mil exemplares. (Habich e Nowatzki 181) O livro superou as vendas de todas as outras obras publicadas no século XIX, à excepção da Bíblia, e foi rapidamente traduzido para outras línguas, (Ammons, "Preface" ix) nomeadamente a portuguesa, que, em 1853, contava já com quatro traduções distintas de *Uncle Tom's Cabin*.<sup>15</sup> O êxito do romance foi tal que Lincoln recebeu Stowe na Casa Branca, onde lhe teria dito o seguinte: "So you are the little woman who started the great war". (Ammons, "Preface" ix) Começaram também a ser comercializados figurinos, velas e papel de parede, entre outros artefactos alusivos ao livro. De igual modo, foram produzidas variadas adaptações teatrais

---

14. Cf. Gossett 491-503.

15. Cf. Monteiro 64.

da obra, os chamados “travelling Tom-shows”, (Ammons, “Preface” ix) que vieram alterar por completo os papéis tipicamente adotados pelos afro-americanos nos palcos estado-unidenses, substituindo-se o estereótipo do homem negro representando um criado preguiçoso e desonesto. (Henderson 504) Com a publicação de *Uncle Tom’s Cabin*, os *Tom-shows* disseminaram-se pelos EUA e pela Europa, chegando a Portugal, onde foram apresentadas peças de teatro como *A cabana do Pae Thomaz: drama em 5 actos e 7 quadros* (1893) e *A cabana do Pae Thomaz: drama em 7 actos: epocha de 1889-1890, Theatro Principe Real de Lisboa* (1889). Contudo, em muitas destas reinterpretações criativas do romance, a personagem Uncle Tom foi desprovida da sua dignidade, passando a ser representada como um ser servil, obediente e bajulador, (Henderson 505) características ainda hoje associáveis ao termo “Uncle Tom”, actualmente considerado muito ofensivo.

Em consequência do êxito do romance, em 1853 Stowe empreendeu uma *tour* europeia que a levou até à Grã-Bretanha, tal como a autora menciona numa carta, datada de 16 de Fevereiro de 1853, endereçada a Eliza Follen: “I have been invited to visit Scotland, and shall probably spend the summer there and in England”. (“Letter to the Abolitionist Eliza Cabot Follen” 457) Desta visita resultou não só o relato de viagens *Sunny Memories of Foreign Lands* (1854), mas também dois artigos publicados em *O Panorama* a respeito da autora de *Uncle Tom’s Cabin*. O primeiro, de autor anónimo, surgiu em 9 de Julho de 1853, ocupando a página nobre do periódico, a par de uma gravura de Stowe, com a legenda “Henriqueta Beecher Stowe”. O texto inicia-se com uma breve referência à “famosa novella”, “lida com entusiasmo, e traduzida em quasi todas as linguas cultas”, seguindo-se uma espécie de nota biográfica da autora, de cariz claramente laudatório. Com efeito, Stowe é descrita como pertencendo a “uma das mais distintas famílias dos Estados Unidos”, o seu pai como “um velho venerado” e a autora e os seus irmãos como “notáveis pela sua ilustração, generosos sentimentos, e valiosos serviços que têm prestado á causa da verdadeira civilização.” (“Henriquetta Beecher Stowe” 217) Depois, o artigo refere que a publicação da “*Cabana do pae Thomás*” colocou Stowe “entre as primeiras celebridades

contemporaneas" e que, ao longo da obra, a autora apostou na emancipação da "infeliz raça negra", causa santa que envergonha o mundo civilizado e a Europa cristã: "Mistress Henriqueta propoz-se na sua obra preparar a emancipação da infeliz raça negra. E de feito não podia defender causa mais santa: a situação moral dos negros, condemnados á escravidão e á bruteza é uma vergonha no meio do mundo civilizado, e da Europa christã!" (217) O texto termina com uma alusão à presença de Stowe em Inglaterra, onde a autora fora "recebida com grandes e merecidas ovações", sem que, no entanto, se chegue a mencionar o sistema esclavagista em vigor nos EUA, matéria sobre a qual o livro de Stowe efectivamente se debruça, embora se referencie a contínua existência da ordem escravocrata no "mundo civilizado" e no continente europeu. (217)

O segundo artigo, também anónimo, foi publicado pouco depois, no dia 30 de Julho de 1853, e dá conta de um presente que havia sido entregue a Stowe aquando da sua viagem a Inglaterra: "uma escrevaninha de prata, de grandes dimensões e delicadissimo trabalho, que foi oferecida, n'uma brilhante reunião celebrada ultimamente em Londres." ("Brinde Offerecido a Mistress Stowe" 245) O texto, ilustrado com uma reprodução da "escrevaninha de prata", caracteriza Stowe como a "illustre defensora dos pobres escravos", em torno da qual se agruparam numerosas crianças que a incitaram a escrever "sobre a triste condição das creanças negras, provocando assim as sympathias dos brancos em favor dos seus irmãos." O artigo termina com a garantia de que Stowe "continuará incansavel a advogar a causa dos opprimidos" e com a nota de que "[a]ssim se sabe premiar em Inglaterra o merito e a virtude". (245) Mais uma vez, não se menciona a *peculiar institution* e também não se refere o facto de a "escrevaninha de prata" ser, na verdade, um tinteiro de prata, oferecido a Stowe pelas "Ladies of Surrey Chapel, London", no dia 26 de Maio de 1853. Nesse tinteiro encontram-se gravadas três figuras: um afro-americano escravizado e agrilhado, uma mulher com uma Bíblia (muito provavelmente Stowe) e outro afro-americano escravizado que quebra as algemas que acorrentam o seu companheiro. ("Harriet Beecher Stowe" s.p.; Hedrick 398)

Em 13 de Outubro de 1853 publicou-se um outro texto, desta feita sobre Miguel de Cervantes Saavedra (1547-1616) e o tempo que o autor de *El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha* (1605) passara como escravo em Argel. Neste artigo, realça-se brevemente a diferença existente entre a escravatura praticada em Argel, de que Cervantes fora vítima, e a escravatura praticada no século XIX pelos europeus, contra a qual Stowe se havia supostamente insurgido, ainda que o romance que a catapultou para a fama, *Uncle Tom's Cabin*, se debruçasse exclusivamente sobre o sistema escravagista em vigor nos EUA:

Esta escravidão, de que a Europa christã foi por tantos séculos victima diante das temerarias galés das potencias barbarescas, não se assimilava inteiramente á servidão abjecta contra que ha pouco se ergueu a voz sympathica de Mistress Harriett Beecher Stowe, e que a Europa civilizada e humanitaria encobre pudicamente com o véu da tolerancia, ou justifica pelas necessidades fataes do moderno industrialismo. ("Miguel de Cervantes Saavedra" 330)

Como se pode compreender pelos artigos analisados, as peças publicadas em *O Panorama* a respeito de Stowe projectam uma imagem amplamente favorável da autora (e, ainda que indirectamente, da sua obra), ao mesmo tempo que omitem qualquer referência à ordem escravocrata dos EUA, atacando, antes, a escravatura que continuava a ser praticada pelo "mundo civilizado" e pelos países europeus, mais especificamente nas colónias. Assim, a nação norte-americana, berço de Stowe, a "illustre auctora" nascida em Nova Inglaterra, surge dissociada da *peculiar institution*, sendo aquela, aliás, descrita, logo no primeiro artigo, como a "grande republica fundada por Washington", ("Henriquetta Beecher Stowe" 217) expressão que o título do presente trabalho toma de empréstimo.

Deve assinalar-se que, nos textos referidos, os escravos de "raça negra" são representados de um modo condescendente ao serem descritos como infelizes, "pobres" e "opprimidos", transmitindo-se a ideia de que carecem de qualquer tipo de agência para alterarem as suas próprias circunstâncias. ("Henriquetta Beecher Stowe" 217;

“Brinde Offerecido a Mistress Stowe” 245) Tal torna-se evidente nos seguintes excertos: “Mistress Henriqueta propoz-se na sua obra preparar a emancipação da infeliz raça negra”; ou “entrou na sala uma graciosa procissão de formosas creanças, que [...] procurou incital-a [a Stowe] a escrever outras novellas, sobre a triste condição das creanças negras, provocando assim as sympathias dos brancos em favor dos seus irmãos.” (“Brinde Offerecido a Mistress Stowe” 245) Em ambos os passos citados parece vislumbrar-se a crença de que o destino dos afro-americanos escravizados se encontra inteiramente dependente dos caprichos dos brancos, convicção amplamente associada às teses pró-esclavagistas de que os escravos se revelavam, entre outros aspectos, submissos por natureza. (Levine, “*Uncle Tom’s Cabin in Frederick Douglass’ Paper*” 577-578; Ammons, “*Freeing the Slaves and Banishing the Blacks*” 610) Contudo, e na verdade, “[o]s escravos não aceitavam de braços caídos a sua sorte”, (Coelho 15) como se torna evidente caso se recorde as revoltas de afro-americanos escravizados, como, por exemplo, a de Nat Turner (1800-1831),<sup>16</sup> ou a existência do *underground railroad*. A condescendência acima apontada encontra-se também patente na gravura que reproduz o tinteiro de prata oferecido a Stowe, onde os afro-americanos escravizados surgem numa posição de clara inferioridade face à mulher branca que carrega uma Bíblia. Esta circunstância parece evocar o mito vitoriano do “white man’s burden”,<sup>17</sup> amplamente associado aos três “Cs” do

---

16. No dia 21 de Agosto de 1831, Nat Turner, crendo ter sido escolhido por Deus para libertar o povo afro-americano da condição desumana em que vivia, rebelou-se, juntamente com um grupo de afro-americanos escravizados que Turner havia conseguido convencer, através dos seus sermões religiosos, a juntar-se à sua revolta. Em Southampton County, Virgínia, Turner e os seus apoiantes, que lhe chamavam “the Prophet”, mataram cerca de sessenta brancos, levando os norte-americanos locais e uma milícia do Estado (força que combinada atingiu o número de três mil homens) a capturarem e a assassina-rem os insurgentes, assim como muitos afro-americanos escravizados que nada haviam feito. Turner acabaria por ser detido, julgado e enforcado cerca de seis semanas mais tarde, pondo fim ao mito de que os afro-americanos escravizados se contentavam com a sua posição na sociedade ou se demonstravam demasiado submissos para se sublevarem. (“Nat Turner” s.p.; “Nat Turner’s Rebellion” s.p.)

17. Título de um poema escrito por Rudyard Kipling (1865-1936) em 1899, onde o autor incita os EUA a abraçarem o “fardo” do império (como haviam feito o Reino Unido e outras nações europeias) em relação às Ilhas Filipinas. O colonialismo e o imperialismo são justificados, devendo os países Ocidentais “auxiliar” as nações do Oriente a tornarem-se “civilizadas”. O poema demonstra-se profundamente colonialista, imperialista, jingoísta e racista, promovendo estereótipos como o do primitivismo e noções como a de eurocentrismo. (“The White Man’s Burden” s.p.) Cf. “Rudyard Kipling” s.p.

colonialismo (utilizados para justificar a expansão e a exploração europeia do continente africano e respectivos habitantes), ou seja, a civilização, o cristianismo e o comércio.

A atitude de condescendência patente nos escritos analisados espelha o tom que permeia a própria obra de Stowe, a qual tanto se insurge contra a escravatura como assume uma posição racista, opondo-se ao sistema escravagista estado-unidense, mas não à supremacia da raça branca. Aliás, no final do romance, Stowe, ao enviar George Harris para a Libéria, adopta uma postura que se poderá caracterizar como colonial ou "colonizationist". (Levine, "*Uncle Tom's Cabin in Frederick Douglass' Paper*" 587-588) Ao remover afro-americanos livres, inteligentes e assertivos dos EUA, a autora evita que os brancos participem numa mudança social ainda mais radical do que a que seria despoletada pela abolição da ordem escravocrata, nomeadamente a profunda alteração social decorrente do facto de os brancos perderem o privilégio, o poder e o domínio que lhes haviam sido confiados, apenas pela cor da sua pele. (Ammons, "*Freeing the Slaves and Banishing the Blacks*" 609) Contudo, após trocar correspondência com Douglass e depois de ter sido alvo de críticas por parte de outros leitores negros, que se opunham à remoção dos afro-americanos dos EUA, Stowe terá alterado a sua posição. Com efeito, a autora enviou uma nota para a reunião da American and Foreign Anti-Slavery Society, em New York, onde terá declarado, tal como se lia na acta do encontro, o seguinte: "that if she were to write 'Uncle Tom' again, she would not send George Harris do Liberia." (Gossett 294; Levine, "*Uncle Tom's Cabin in Frederick Douglass' Paper*" 588)

O teor racista de obra de Stowe encontra-se profundamente relacionado com a noção de "racismo romântico", avançada por George M. Fredrickson (1934-2008) para descrever uma perspectiva oitocentista, de acordo com a qual se defendia a existência de diferentes "raças", cada uma com as suas características próprias. Nenhuma delas se afigurava melhor ou pior do que as outras, sendo possível identificar, em cada uma, aspectos positivos e negativos, o que significa que eram conferidos atributos supostamente louváveis aos afro-americanos, descritos como dóceis, submissos, gentis, humildes,



meigos, afectuosos e altruístas. Tais qualidades assemelhavam-se profundamente às que se tinha por hábito, ao longo do século XIX, e no seio dos círculos protestantes, relacionar com o cristão ideal, o que levou muitos abolicionistas brancos, entre os quais se incluía Stowe, a argumentar que os afro-americanos eram não só “naturalmente” cristãos, mas também superiores, devendo o seu exemplo ser seguido pelos brancos. (Ammons, “Freeing the Slaves and Banishing the Blacks” 609-610) Assim, a postura do “racista romântico” passava por negar categoricamente que os traços conectados aos afro-americanos constituíam uma prova da sua inferioridade (como alegavam os defensores da escravatura), afirmando, antes, que as características associáveis aos afro-americanos comprovavam a sua superioridade. (Fredrickson 102; Ammons, “Freeing the Slaves and Banishing the Blacks” 610) Consequentemente, não deve estranhar-se que Stowe, também ela uma “racista romântica”, condenasse veementemente a discriminação praticada diariamente contra os afro-americanos, os quais, da sua perspectiva, eram iguais aos brancos perante o “trono de Deus”, pelo que era uma verdadeira blasfémia justificar a *peculiar institution* através de leis humanas. De igual modo, também não deve surpreender que Stowe, ao crer que as “raças” se revelavam essencialmente distintas, fosse condescendente para com os afro-americanos, associados, desde logo, a um conjunto de traços igualmente utilizados para descrever, na sociedade vitoriana, pessoas supostamente mais frágeis, como mulheres e crianças. (Ammons, “Freeing the Slaves and Banishing the Blacks” 610-611) De facto, as características atrás referidas face aos afro-americanos promoviam a sua infantilização,<sup>18</sup> mecanismo muitas vezes utilizado para justificar a escravatura e empregue pela própria Stowe em relação a Uncle Tom: “Tom, who had the soft,

---

18. Recorde-se que as descrições do “Outro”, relativamente ao “Eu” ocidental e branco, o retratavam como um ser infantil desde, pelo menos, o século XVII, como se pode observar, por exemplo, em escritos britânicos a respeito da Ásia Meridional. O discurso em torno da infantilização contribui para que o “Outro” deixe de ser um sujeito livre e com capacidade de auto-determinação para se converter num indivíduo indefeso e, portanto, inofensivo. A infantilização sugere, ainda, a existência de uma relação de poder entre o “Eu”, que adoptava o papel de adulto, e o “Outro”, renegado ao papel de criança. Assim, o “Outro” passava a ser da responsabilidade do “Eu”, o qual se revestia de um carácter ocidental, branco e adulto, usufruindo do direito de punir, “educar” e “melhorar” o “Outro”, conforme achasse conveniente. (Nayar 95-96)

impressible nature of his kindly race, ever yearning toward the simple and childlike." (*Uncle Tom's Cabin* 143)

A análise dos artigos sobre Stowe permite concluir que *O Panorama* falhou, no período que se seguiu à publicação de *Uncle Tom's Cabin*, em mencionar especificamente o sistema escravagista em vigor nos EUA, optando por utilizar a autora e a obra para atacar a ordem escravocrata que continuava a existir no "mundo civilizado" e nos países europeus, nomeadamente nas colónias. ("Henriquetta Beecher Stowe" 217) A atitude adoptada pelo periódico não parece resultar de um mero lapso, mas sim de uma opção deliberada e decorrente do próprio projecto ideológico liberal português. Cerca de uma década mais tarde, essa atitude afigurou-se bastante distinta, nomeadamente nas peças publicadas após o final da Guerra Civil, como se constatará na alínea seguinte.

## 2. Guerra Civil e Escravatura

Em 1866, depois de um hiato iniciado em 1858, *O Panorama* retomou a publicação, naquela que seria a última de cinco séries do periódico, trazendo a lume três artigos nos quais se menciona a Guerra Civil norte-americana, já depois da sua conclusão. O primeiro destes textos saiu no número 21 do periódico, lançado, muito provavelmente, no final do mês de Março desse ano, pois, embora o volume não se encontre datado, na última página surge o poema "A Borboleta", de Thomaz Ribeiro (1831-1901), assinado "Lisboa, 21 de março de 1866". O artigo, intitulado "Uma Rua de Albany", ocupa as primeira e segunda páginas do número 21, incluindo uma gravura da cidade de Albany, então a capital do estado de New York.

Ainda que o principal alvo de atenção da peça seja efectivamente Albany, a verdade é que a primeira página do artigo é quase inteiramente dedicada à Guerra Civil, começando o autor (anónimo) por frisar que "[o]s Estados Unidos acabam de passar por uma longa e dolorosa crise". Segue-se um comentário em que o articulista explica que "[a] republica fundada por Washington", supostamente

“o modelo dos governos republicanos, e a demonstração evidente da bondade d’essas instituições”, foi, ao longo do período em que se estendeu a disputa armada, utilizada pelos “monarchistas” para criticar os governos democráticos. De facto, os defensores da monarquia sorriam “com desdém, apontavam triumphantes para a guerra titanica, em que se debatiam os estados da America, e diziam: Vê-de o fructo das vossas theorias, vêde-o no próprio paiz, que apresentaveis como exemplo da sua proficuidade”. (“Uma Rua de Albany” 161)

Contudo, o articulista não perde tempo em frisar que não crê que “essa deploravel guerra que inundou de sangue os ferteis plainos do novo mundo” perturbe, de modo algum, as crenças dos democratas, já que, na verdade, as fortalece. De acordo com o mesmo, o “período doloroso” atravessado pela “republica americana” assemelha-se ao período difícil que “todos os estados podem atravessar” e, aliás, “atravessam quando no seu seio se levanta uma questão a que esteja ligada a sua existencia politica”. O jornalista anónimo declara, ainda, que “[q]uando uma monarchia absoluta se transforma em monarchia constitucional, ha lueta inevitavel; ha lueta muito maior quando se tenta a abolição dos direitos feudais, de privilegios seculares de uma classe”. (“Uma Rua de Albany” 161) Desta forma, o articulista estabelece um claro paralelo entre a Guerra Civil norte-americana e a Guerra Civil portuguesa, que colocara em choque liberais e absolutistas, entre 1832 e 1834, levando à derrota das tropas de D. Miguel (1802-1866), o qual, entretanto, fora forçado a exilar-se no estrangeiro, onde passou o resto da vida.

O jornalista justifica a contenda fratricida, referindo que (e ao contrário do que se verificou nos artigos sobre Stowe) a tentativa frustrada de abolição do sistema esclavagista nos EUA fora responsável pela eclosão deste conflito sanguinário: “como não haveria uma lueta de gigantes quando se tentou abolir a escravatura n’um paiz cheio de força e de vitalidade, a escravatura essa instituição secular, a que estavam ligados tão poderosos interesses? Quem se pode espantar, por consequente, de que, no momento de se operar essa grande reforma, houvesse lueta?” (“Uma Rua de Albany” 161) Na sua tentativa de explicar a guerra com o desejo de erradicação da ordem escravocrata, o

articulista acaba por elogiar a nação norte-americana, considerando-a cheia “de força e de vitalidade”, detentora de “imensos recursos”, uma “prospera republica” e com combatentes “vigorosos”. De igual modo, o autor sublinha, em tom laudatório, que se conservou “o respeito da legalidade”, que o poder não caiu “nas mãos de algum soldado feliz” e que “a republica, finda a lucta, voltou ao seu estado normal, sem que uma só das suas instituições politicas percesse no naufragio”, exibindo uma “magestosa serenidade.” (“Uma Rua de Albany” 161)

O segundo artigo surgiu no número 31, de 1866, sob o título “Ponte Natural na Virginia”, acompanhado de uma ilustração da referida ponte. Trata-se de um texto de cariz claramente enciclopédico (característica relacionada com o liberalismo e inerente a *O Panorama*, como se referiu) que evoca (propositadamente ou não) a obra *Notes on the State of Virginia* (1785), da autoria do terceiro presidente dos EUA, Thomas Jefferson (1742-1826). Com efeito, também Jefferson havia descrito a mesma ponte natural no seu texto, redigido após o antigo Presidente ter recebido, em 1781 (ano em que abandonou o cargo de governador de Virginia), um pedido do *Marquis* de Barbé-Marbois (1745-1837), secretário da legação francesa em Philadelphia, para responder a vinte e três questões relativas às fronteiras geográficas, à ecologia e à história social de Virginia. Jefferson aproveitou a ocasião para tentar contradizer a crença, prevalecte entre os naturalistas europeus, como George-Louis Leclerc, Conde de Buffon (1707-1788), de que as espécies norte-americanas, fossem elas humanas ou não, haviam degenerado das originais do Velho Mundo, afigurando-se, por conseguinte, inferiores. Assim, a ponte natural de Virginia constituía um exemplo paradigmático da invalidade da tese sustentada por pensadores como Buffon, já que se tratava, nas palavras do antigo Presidente, da mais sublime obra da natureza, tal como a descreve Jefferson na resposta à questão V. Esta pergunta reportava-se apenas a cascatas, mas o ex-Presidente optou por referir a ponte. (Jefferson, *Notes on the State of Virginia* 711) Jefferson também não se inibiu, em *Notes on the State of Virginia*, de apoiar, como Stowe faria mais tarde, o movimento colonizador que visava retirar dos EUA os afro-americanos, posição indissociável da

tenção inerente ao legado do antigo Presidente. Apesar de ter sido proprietário de mais de duzentos afro-americanos escravizados, muitos dos quais seriam provavelmente seus filhos, Jefferson foi sempre admirado pela defesa da igualdade e da liberdade. (Levine, *The Norton Anthology of American Literature* 702-703)

Entre os variados elementos mencionados ao longo do artigo, que ocupa cerca de duas páginas, deve destacar-se a descrição do território de Virginia, dividido entre um espaço montanhoso, descrito positivamente e ligado ao trabalho árduo e livre, e uma área de planície, retratada de modo negativo e associada à escravatura. (“Ponte Natural na Virginia” 244) A região montanhosa apresenta-se “coroadada pela cordilheira dos Alleghannys [provavelmente em alusão às *Allegheny Mountains*], de clima temperado, de vegetação septemtrional, de verdejantes alfombras, e cujas perspectivas são tão opulentas quanto variadas.” Já a zona de planície mostra-se “em declívio, regada por inumeráveis correntes de água, primeiro pouco fértil enquanto se conserva ainda afferrada ás montanhas, depois rica e fecunda, mas ao mesmo tempo doentia e paludosa, porque as águas correm lentamente debaixo de um céu de fogo.” (“Ponte Natural na Virginia” 244) Enquanto “o cypreste, e o sycomoro”, árvores sagradas e relacionadas, respectivamente, com a morte e com o inconformismo e a vaidade, (Chevalier e Gheerbrant 271, 961) povoam a região de planície, “o carvalho, o pinheiro, e o azevinho embellezam os districtos occidentaes”, no sector montanhoso. (“Ponte Natural na Virginia” 244) As populações das duas zonas também se revelam distintas. Os habitantes da montanha eram caracterizados como pertencendo a uma “raça elevada, forte, vigorosa, e trabalhadora”, sem que fosse necessário “acorrentar o negro Africano ao terreno que ella mesma lavra”. Pelo contrário, os habitantes da planície eram representados como indivíduos delicados, indolentes, amigos dos prazeres da vida e entregando aos afro-americanos escravizados “todo o trabalho”. Em seguida, disferese um forte golpe no estado de Virginia e no seu alegado cariz republicano, ao frisar-se que “[e]mtorno d’elle [o habitante da planície] meio milhão de individuos agrilhoados protesta ou antes protestava contra a sua ridicula pretensão ao republicanismo,

virtude que só de nome conhece e pelo exemplo de alguns homens ilustres." Menciona-se, ainda, que o "Virginiano" exhibe uma atitude "essencialmente aristocrata, e por conseguinte separatista", pelo que "é fácil de vêr qual seria o papel adoptado por este paiz [o estado de Virginia] na ultima guerra", nomeadamente a adesão ao movimento secessionista. Conclui-se esta descrição com uma referência aos "irmãos do Norte" dos virginianos "que pretendiam abolir a escravatura" e contra os quais os virginianos "resistiram com uma intrepidez digna de melhor causa" do que a da manutenção do sistema esclavagista. ("Ponte Natural na Virginia" 244-245) Assim, e à semelhança do que se observara em relação ao texto publicado no número 21, de 1866, a ordem escravocrata vigente nos EUA volta a ser mencionada (o que não acontecera nas peças relativas a Stowe) e relacionada com a Guerra Civil, referindo-se novamente que o objectivo do conflito passara, pelo menos do lado da União, pela abolição da escravatura.

Finalmente, o terceiro artigo, intitulado "Scena de Escravatura", saiu no número 40, de 1866, acompanhado de uma gravura com a mesma legenda, alusiva ao tráfico de escravos. Na ilustração vê-se um grupo de negros aprisionado por um conjunto de brancos que os chicoteiam e agrilhoam numa espécie de praia ou zona costeira, enquanto, à distância, se avista um navio, provavelmente pronto para os transportar para o local onde seriam desumanamente comercializados. O texto, de autor anónimo, logo no primeiro parágrafo, ataca, feroz e emotivamente, o sistema esclavagista, identificando-o com as causas da Guerra Civil: a "formidável lucta, que se travou na America do Norte, entre os defensores e os adversarios d'esta iniquidade social", nomeadamente a ordem escravocrata, "lucta em que triumpharam os sãos principios", ("Scena de Escravatura" 318) ou seja, a erradicação do sistema esclavagista que a publicação critica severamente. Ainda neste primeiro parágrafo expressa-se o desejo de que cenas como a representada na gravura "sejam d'aqui a pouco obsoletas", da mesma forma que se exprime a crença de que "não é provavel que haja retrocesso, e que a escravatura, ainda que não seja de todo abolida, continue a ser causa de scenas tão barbaras". ("Scena de Escravatura" 318)

Assim, estes artigos, não obstante a crítica à ordem escravocrata a propósito de Virginia, apresentam, no seu conjunto, imagens amplamente favoráveis dos EUA. Contrariamente ao verificável nos artigos relativos a Stowe, estes mencionam a escravatura, explicando que a disputa fratricida eclodira com o objectivo de erradicar o sistema esclavagista. No entanto, deve sublinhar-se que a Guerra Civil apenas teve início após a secessão dos estados do Sul, indignados com a provável impossibilidade de estenderem a ordem escravocrata para o Oeste.<sup>19</sup> Por outro lado, apesar de Lincoln ser pessoalmente contra a escravatura, o seu principal objectivo, pelo menos no começo do confronto armado, residia em salvar a União. Com efeito, em 22 de Agosto de 1862, Lincoln escreveu uma carta a Horace Greeley (1811-1872), na qual deixou essa intenção muito clara: “My paramount object in this struggle is to save the Union, and is not either to save or destroy Slavery. If I could save the Union without freeing any slave, I would do it, and if I could save it by freeing all the slaves, I would do it, and if I could save it by freeing some and leaving others alone, I would also do that”. (Corbett *et al.* 394) Quando, mais tarde, no dia 1 de Janeiro de 1863, o Presidente emitiu a famosa *Emancipation Proclamation*, só foi concedida a liberdade aos afro-americanos escravizados dos estados secessionistas. Para trás ficaram os escravos dos estados fronteiriços, que não haviam abandonado a União, e os dos estados do Sul que já haviam voltado a integrar os EUA, algo que Lincoln havia dito que faria, caso daí dependesse a sobrevivência da

---

19. Após a conclusão do conflito mexicano-americano (1846-1848), os EUA adquiriram um vasto território a Ocidente, conhecido como *Mexican Cession*, que englobava os actuais estados de Arizona e New Mexico, assim como partes de Utah, Nevada e Colorado. Ao longo da segunda metade do século XIX, as tensões entre os norte-americanos do Norte e do Sul agudizaram-se, à medida que se debatia a possível expansão da escravatura para a área recém-conquistada. A partir de 1850, desenrolou-se uma série de eventos que contribuiu, em larga medida, para o agravar das animosidades, de entre os quais cumpre destacar o *Kansas-Nebraska Act* (30 de Maio de 1854), responsável por conferir às populações o poder para determinar se os seus estados integrariam a União norte-americana como apologistas, ou não, do sistema esclavagista. O referido acto anulou o *Missouri Compromise of 1820*, que proibia a prática da escravatura a norte da latitude 36°30', motivando a criação do *Republican Party*, que se opunha veementemente ao alargamento da ordem escravocrata para as zonas recém-adquiridas. (“Kansas-Nebraska Act” s.p.) Depois da vitória de um Partido Republicano liderado por Lincoln, resolutamente crítico da escravatura e da sua expansão, sete estados do Sul dos EUA, nomeadamente South Carolina, Mississippi, Florida, Alabama, Georgia, Luisiana e Texas, anunciaram a sua separação da União norte-americana, seguindo-se-lhes Virginia, North Carolina, Tennessee e Arkansas, dando, assim, início à Guerra Civil. (Dew 4-5)

União.<sup>20</sup> No entanto, a Proclamação de Emancipação afigurou-se um documento crucial, transformando, entre outros elementos, a natureza da disputa, já que, depois da sua divulgação, “every advance of federal troops expanded the domain of freedom”. (“The Emancipation Proclamation” s.p.)<sup>21</sup>

Cumprir também salientar que, face à secessão dos estados do Sul, os norte-americanos do Norte mantiveram-se unidos, não tanto pelo desejo de emancipar os afro-americanos escravizados, ou sequer de preservar a União, mas sim para “salvar” os norte-americanos do Sul de uma suposta conspiração que os havia ludibriado. Com efeito, e de acordo com Elizabeth R. Varon, em *Armies of Deliverance: A New History of the Civil War* (2019), depois de Lincoln ter assumido a presidência dos EUA deparou-se com a árdua tarefa de unir os norte-americanos do Norte, espalhados ao longo de um complexo espectro político. Numa das pontas desse espectro encontravam-se os abolicionistas e os republicanos radicais, que acreditavam que o governo federal devia desempenhar um papel activo no desmantelamento da *peculiar institution* e na atribuição da cidadania estado-unidense aos afro-americanos. No extremo oposto situavam-se os democratas conservadores, os quais rejeitavam a abolição da escravatura e a atribuição de cidadania aos afro-americanos, para além de não verem com maus olhos a manutenção do sistema esclavagista vigente nos estados do Sul. No centro do espectro encontravam-se vários tipos de moderados, que, à semelhança do próprio Lincoln, acreditavam na superioridade do sistema de trabalho livre, não concordavam com o poder que os donos dos afro-americanos escravizados possuíam e apresentavam uma atitude relativamente paciente face à erradicação da ordem escravocrata, desejando a sua futura, mas não imediata,

---

20. Sobre a Proclamação de Emancipação, veja-se “The Emancipation Proclamation” e “Abraham Lincoln and Emancipation”.

21. A mesma ideia encontra-se subjacente às palavras de John Hay (1838-1905), que, depois de Lincoln ter assinado a *Emancipation Proclamation*, afirmou o seguinte: “It was no longer a question of the Union as it was that was to be reestablished. It was the Union as it should be – that is to say, washed clean from its original sin [...]. We were no longer merely the soldiers of a political controversy [...] We were now the missionaries of a great work of redemption, the armed liberators of millions [...]. The war was ennobled, the object was higher”. (*Apud* Burns n.p.)



extinção. (3-4) Varon argumenta que estes diferentes grupos se uniram em torno da antipatia que sentiam face à elite de secessionistas que possuía afro-americanos escravizados, a qual era acusada de promover uma “Slave Power conspiracy” e de exercer uma influência excessiva sobre a política federal, subvertendo a democracia e impondo uma agenda pró-esclavagista à maioria dos norte-americanos, tanto do Norte como do Sul. (2)<sup>22</sup>

Como se procurará argumentar na alínea seguinte, a menção à escravatura para justificar o começo da Guerra Civil, quando, nos artigos sobre Stowe se havia omitido por completo o sistema esclavagista, não é inocente, parecendo, aliás, encontrar-se profundamente interrelacionada com a promoção do projecto ideológico liberal.

### 3. Liberalismo Português e Estados Unidos da América

Os textos constitucionais portugueses oitocentistas, datados de 1822, 1826 e 1838, resultaram, em certa medida, do conhecimento que os liberais portugueses possuíam de outros tratados constitucionais, como, por exemplo, os norte-americanos, (Torgal e Roque 218) de entre os quais se deve ressaltar a Constituição dos EUA, escrita no Verão de 1787,<sup>23</sup> e as suas primeiras dez emendas, que constituem a *Bill of Rights*, adoptadas em 15 de Dezembro de 1791. A Constituição, documento fundamental, tanto para a nação norte-americana como para todo o Mundo Ocidental, é a mais antiga constituição nacional escrita ainda em vigor, assentando no princípio da *trias politica*, ou separação de poderes, e tomando de empréstimo a teorização de Montesquieu. (“The Spirit of the Laws” s.p.) Por sua vez, a *Bill of Rights*, que deriva da *Magna Carta* (1215), da *Bill of Rights* inglesa (1689) e da luta dos colonos contra o Rei e o Parlamento, (“Bill of

---

22. Cf. Varon *passim*.

23. A Constituição estado-unidense é, aliás, mencionada em variadas ocasiões em *O Panorama*, como ocorre em pelo menos dois artigos inteiramente dedicados a George Washington (1732-1799), um datado de 20 de Julho de 1839 (“Jorge Washington” 228-230) e outro de 15 de Julho de 1854 (“Mont-Vernon – Residencia de Washington” 217-219).

Rights” s.p.) traduz-se num conjunto de garantias de direitos individuais e de limitações impostas ao governo federal que se reforçam mutuamente. De entre os direitos defendidos pela *Bill of Rights*, deve salientar-se a liberdade de expressão e de imprensa, a qual também figura na Constituição vintista, nomeadamente quando nela se afirma que “[a] livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o Portuguez pode consequentemente, sem dependencia de censura previa, manifestar suas opiniões” (artigo 7.º) e “[a]s Cortes nomearão um *Tribunal Especial*, para proteger a liberdade da imprensa” (artigo 8.º). Surge também na Carta Constitucional de 1826, onde se afirma que “[t]odos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicados pela Imprensa sem dependência de Censura” (artigo 145.º § 3.º) e se salvaguarda a liberdade religiosa (artigo 145.º § 4.º), à semelhança do que ocorre na *Bill of Rights* norte-americana.

A par da Constituição e da *Bill of Rights* estado-unidenses, deve referir-se a Declaração de Independência, maioritariamente escrita por Jefferson, em 1776, na altura um jovem representante de Virginia com apenas trinta e dois anos. Em 1774, Jefferson já havia publicado o audaz tratado *A Summary View of the Rights of British America*, no qual negava que o Parlamento de Londres possuísse algum tipo de autoridade sobre as colónias norte-americanas, defendendo que os laços que uniam as colónias do Novo Mundo à monarquia britânica eram voluntários e, como tal, revogáveis. No Segundo Congresso Continental, organizado em Philadelphia, foi atribuída a Jefferson a responsabilidade de chefiar o comité, no qual se encontravam também John Adams (1735-1826), Benjamin Franklin (1706-1790), Roger Sherman (1721-1793) e Robert R. Livingston (1746-1813), encarregue de escrever uma primeira versão do que viria a ser a Declaração de Independência. No dia 28 de Junho, o documento foi apresentado no Congresso, onde foi alvo de algumas mudanças, tal como Jefferson relata na sua *Autobiography* (1821), sendo aprovado por unanimidade no dia 4 de Julho, hoje conhecido como o Dia da Independência dos EUA. (Levine, *The Norton Anthology of American Literature* 702) De entre os variados elementos da Declaração de

Independência dignos de alusão, convirá referir a frase “We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable rights, that among these are life, liberty and the pursuit of happiness”, (Jefferson, *The Autobiography of Thomas Jefferson* 706) citada entusiasticamente pelo Marquês de Mirabeau (1715-1789), aquando da Revolução Francesa (1789-1799). (“Declaration of Independence” s.p.) A afirmação de Jefferson encontra-se também patente, em certa medida, nas Constituições portuguesas de 1822 e de 1838, bem como na Carta Constitucional de 1826, unânimes na defesa de que a lei é igual para todos. A Declaração de Independência foi, ainda, evocada por Lincoln no *Gettysburg Address*, discurso proferido em 19 de Novembro de 1863, no Cemitério Nacional de Gettysburg, palco de uma das batalhas decisivas da Guerra Civil norte-americana, quando afirma “[f]our score and seven years ago”, (“Gettysburg address delivered at Gettysburg Pa. Nov. 19<sup>th</sup>”, 1863 s.p.) remetendo o ouvinte para o momento vivido oitenta e sete anos atrás, em que os EUA se haviam declarado independentes da Coroa britânica.

Além dos textos constitucionais norte-americanos, revelaram-se igualmente exemplares para os liberais portugueses as figuras fundadoras dos EUA, de entre as quais cumpre destacar George Washington, general e comandante supremo do exército colonial na *Revolutionary War* (1775-1783) e primeiro Presidente dos EUA (1789-1797). Ao longo dos anos em que *O Panorama* foi publicado, divulgaram-se variados artigos sobre Washington (também referido na primeira peça relativa a Stowe e no primeiro escrito alusivo à Guerra Civil), nos quais se elogia o carácter do antigo Presidente norte-americano. O artigo publicado no número de 15 de Julho de 1854, um ano após a divulgação da primeira peça referente a Stowe, constitui um exemplo paradigmático. O texto, que ocupa as três páginas iniciais do periódico, abre com uma gravura de Mount Vernon (residência de Washington) e apresenta uma espécie de resenha biográfica do antigo Presidente. Desde logo, afirma-se que Washington, ainda jovem, demonstrava um claro “cuidado com que sempre procura[va] sustentar a sua dignidade pessoal; [...] [um] sentimento consciencioso de uma responsabilidade, que

não duvida[va] assumir todo sobre si [...]; [...] a ideia que involuntariamente fazia conceber a todos que o rodeavam, da sua superioridade natural: em toda a parte era o primeiro; em toda a parte inspirava como um pressentimento de que estava fadado para altos destinos". ("Mont-Vernon – Residencia de Washington" 217-218) Mais à frente, descreve-se Washington, cujo papel na Guerra da Independência dos EUA se provou crucial, como o "[l]ibertador da sua patria", frisando-se que, ao longo da sua presidência, "consolidou a liberdade do seu paiz, fazendo-se simplesmente executor da vontade nacional" e revelando "toda a grandeza da sua alma". ("Mont-Vernon – Residencia de Washington" 219) O escrito, sempre de cariz laudatório, termina caracterizando o antigo Presidente como "este grande homem, este homem de bem", que "[s]ustentou e quinhou todas as idéas generosas, todas as paixões legítimas da nossa epocha" e que possuía um "[c]aracter irreprehensivel em tudo, foi o braço e o pensamento de uma causa junta, o instrumento de uma revolução nacional e sem mancha [...], foi ao mesmo tempo um sabio e um heroe". ("Mont-Vernon – Residencia de Washington" 219) Assim, tanto neste artigo como em muitos outros relativos aos EUA, *O Panorama* veiculou uma imagem profundamente favorável da república norte-americana e das figuras que se lhe encontravam associadas. Contudo, em nenhum momento se menciona que, à data da sua morte, o antigo Presidente albergava, na sua propriedade, mais de três centenas de afro-americanos escravizados, um número que ultrapassava largamente as necessidades efectivas de Washington, devendo-se à sua relutância em separar as famílias se os vendesse. No seu testamento, o antigo Presidente deixou expresso um pedido dirigido à sua mulher para que ela, antes de morrer, libertasse todos os escravos, excepto os muito novos, os muito velhos e os mais frágeis, os quais deveriam ser sustentados pelos seus herdeiros. Martha Washington (1731-1802), contudo, optou por libertar todos os afro-americanos de Mount Vernon, em 1800, dois anos antes de falecer. (Nevins e Graff s.p.)

Em suma, a nação norte-americana e os seus mais altos representantes afiguravam-se claramente notáveis aos olhos dos liberais portugueses, como se torna evidente através das imagens propagadas

em *O Panorama*. Esta visão idealizada encontra-se também patente na influência exercida pelos textos constitucionais norte-americanos nas Constituições e na Carta portuguesas, bem como nos artigos relativos a Stowe e à Guerra Civil. Este tipo de imagens laudatórias relacionadas com a república estado-unidense encontrava-se patente nas páginas do periódico desde a sua génese, já que, ao longo do tempo em que *O Panorama* foi publicado, foram inúmeras as peças que elogiaram personalidades como Benjamin Franklin<sup>24</sup> ou mencionaram, sempre em tom laudatório, os desenvolvimentos tecnológicos originários dos EUA.<sup>25</sup> A disseminação de representações deste cariz devia-se, muito provavelmente, ao facto de, como se pode ler no artigo “Uma Rua de Albany”, os EUA se revelarem, pelo menos aparentemente, “o modelo dos governos republicanos, e a demonstração evidente da bondade d’essas instituições”, (161) coadunando-se, assim, com as ideias liberais defendidas pelo periódico e facilitando a promoção do projecto ideológico liberal no território português. Tais imagens encontraram, junto do público luso, uma ampla projecção, pois, tal como se afirmou na introdução, o custo relativamente reduzido de *O Panorama* permitia que o periódico chegasse a um número bastante considerável de leitores, contribuindo para moldar a sua opinião.

Por conseguinte, não parece, de todo, accidental que, após décadas a representar de um modo marcadamente laudatório a América do Norte, enquanto “exemplo da [...] proficuidade” das “theorias” liberais, (“Uma Rua de Albany” 161) se omita a ordem escravocrata, então ainda vigente nos EUA, nos artigos alusivos a Stowe e que, nas peças relacionadas com a Guerra Civil, se afirme que o conflito havia nascido da vontade de abolir o sistema esclavagista. Ainda menos fortuito parece, se se recordar que “a erradicação da escravatura e do

---

24. A título ilustrativo, atente-se no artigo “Epitaphio de Franklin”, publicado em 21 de Abril de 1838, o qual era descrito como um homem “celebre” e “honrado”: “[t]odos conhecem Franklin, tanto pelos seus escriptos e descobrimentos physicos, como pelo seu amor da patria, e moral sem mancha”. (128)

25. Em “Aldêa illuminada por gaz”, de 28 de Agosto de 1841, descrevem-se os desenvolvimentos tecnológicos ocorridos numa região de New York, afirmando-se que “[o]s americanos dos Estados-Unidos não deixam perder a minima occasião de desenvolver a sua industria e tendencia economica”. (280)

seu comércio, condenados em nome dos valores humanistas e liberais”, se revelava “[a] grande causa filantrópica oitocentista”. (Serrão e Marques 165) De facto, reconhecer, aquando da publicação dos textos relativos à autora estado-unidense, que a ordem escravocrata continuava em vigor, mancharia, decerto de forma irremediável, a imagem modelar que se pretendia construir da América do Norte. Por outro lado, ao afirmar-se que a Guerra Civil havia sido despoletada pelo desejo de erradicar o sistema escravagista dos EUA conferia ao conflito um propósito superior, dificilmente condenável e em sintonia com os princípios defendidos pelos liberais portugueses.

## Conclusão

Procurou-se, ao longo das páginas apresentadas, compreender por que motivo os artigos, divulgados em *O Panorama*, a respeito de Stowe não referiram a questão da escravatura e os relativos à Guerra Civil norte-americana, pelo contrário, optaram por não a omitir.

Assim, tentando responder à primeira pergunta de investigação enunciada – “Que imagens dos EUA foram veiculadas junto dos leitores de *O Panorama* em consequência de os artigos relativos a Stowe não mencionarem a escravatura e de os atinentes à Guerra Civil não a omitirem?” –, cumpre assinalar que o conjunto de peças sobre Stowe elogia a nação estado-unidense, relacionando-a com uma autora e uma obra consideradas notáveis pela luta contra a ordem escravocrata. O grupo de escritos sobre a Guerra Civil retrata a nação como “o modelo dos governos republicanos, e a demonstração evidente da bondade d’essas instituições”, (“Uma Rua de Albany” 161) justificando o começo do conflito com o desejo de erradicar a escravatura dos EUA. Assim, pode afirmar-se que estes textos adoptam uma atitude de mania face a Stowe e ao seu país. Com efeito, a “illustre auctora” fazia parte de “uma das famílias mais distintas dos Estados Unidos” e do grupo das “primeiras celebridades contemporaneas”. (“Henriquetta Beecher Stowe” 217) Os EUA constituem a gloriosa república fundada por Washington, (“Henriquetta Beecher Stowe” 217)

constituindo um exemplo modelar de um governo democrático. (“Uma Rua de Albany” 161) Por conseguinte, tanto Stowe como os EUA são representados como profundamente notáveis, por se haverem insurgido contra a escravatura, o que resultara, respectivamente, na obra *Uncle Tom’s Cabin* e na disputa fratricida.

Não obstante, na peça “Uma Rua de Albany”, *O Panorama* parece assumir uma postura caracterizável como de filia, nomeadamente quando se comparam as guerras civis portuguesa e estado-unidense. No excerto anteriormente citado, sublinha-se que “[a] república americana atravessou um período doloroso”, como atravessam todos os estados “quando no seu seio se levanta uma questão a que esteja ligada a sua existência política”. Frisa-se, em seguida, que “[q]uando uma monarquia absoluta se transforma em monarquia constitucional, ha lucta inevitavel” [...] ; como não haveria uma lucta de gigantes quando se tentou abolir a escravatura n’um paiz cheio de força e de vitalidade?” (“Uma Rua de Albany” 161) Deste modo, parece estabelecer-se uma relação de paridade entre Portugal e os EUA, já que ambos, em defesa de valores indissociáveis dos ideais liberais, se depararam com um confronto armado.

Em relação à segunda pergunta – “Por que motivo *O Panorama* procurou esboçar tais imagens dos EUA e disseminá-las em Portugal?” –, a resposta parece residir no facto da nação norte-americana constituir, para os liberais portugueses, um exemplo notável e modelar de um governo democrático, promovendo, assim, o projecto ideológico liberal em contexto luso. Para os redactores e articulistas de *O Panorama*, periódico de cariz liberal, era importante veicular, junto dos leitores portugueses, uma opinião favorável da república estado-unidense. Consequentemente, admitir, aquando da publicação dos artigos sobre Stowe, que a escravatura, uma das causas filantrópicas fundamentais do século XIX, continuava a ser praticada em grande parte do território dos EUA, mancharia, decerto, qualquer imagem que o público tivesse (ou viesse a ter) da América do Norte. Na realidade, tal informação revelaria a hipocrisia da nação estado-unidense, como, aliás, o próprio Lincoln reconheceu num discurso proferido em Peoria, Illinois, em 16 de Outubro de 1854, onde afirmou que

abominava o sistema escravagista em vigor nos estados do Sul, pois permitia aos inimigos das instituições democráticas fazer troça da república norte-americana: “This declared indifference, but, as I must think, covert, real zeal, for the spread of slavery, I cannot but hate. [...] I hate it because it deprives our republican example of its just influence in the world, enables the enemies of free institutions with plausibility to taunt us as hypocrites”. (s.p.) Contudo, o problema já não se colocava após a Guerra Civil, podendo justificar-se o seu começo com o objectivo de pôr término à escravatura, desígnio que os portugueses dificilmente condenariam.

Finalmente, deve referir-se que embora a ordem escravocrata tivesse sido abolida com a ratificação da 13<sup>a</sup> emenda da Constituição, em 1865, o seu legado permaneceu, até hoje, nos EUA. Com efeito, continuam a existir profundas disparidades entre os norte-americanos brancos e negros, ao nível do poder económico, do acesso à educação, da obtenção de cuidados de saúde, da atitude das forças policiais, entre muitos outros aspectos. Assim, o discurso proferido por Douglass, “What to the Slave is the Fourth of July?”, em 5 de Julho de 1852, em Rochester, New York, por ocasião do Dia da Independência, permanece profunda e dolorosamente actual. Convidado pela Ladies Anti-Slavery Society of Rochester para discursar no Corinthian Hall, Douglass afirmou que o dia 4 de Julho pertencia aos norte-americanos brancos e não aos negros<sup>26</sup> e apontou, com amarga exactidão, o carácter hipócrita de que a nação se revestia:

What to the American slave is your Fourth of July? I answer, a day that reveals to him, more than all other days in the year, the gross injustice and cruelty to which he is the constant victim. To him, your celebration is a sham; your boasted liberty, an unholy license; your national greatness, swelling vanity; your sounds of rejoicing are empty and heartless; your denunciations of tyrants, brass-fronted impudence; your shouts of liberty and equality, hollow mockery; your prayers and hymns, your sermons and

---

26. Nas palavras de Douglass, “This Fourth of July is *yours*, not *mine*. You must rejoice, I must mourn”. (1237)



thanksgivings, with all your religious parade and solemnity, are to him mere bombast, fraud, deception, impiety, and hypocrisy – a thin veil to cover up crimes which would disgrace a nation of savages. There is not a nation on the earth guilty of practices more shocking and bloody, than are the people of these United States, at this very hour. (1239)

Não obstante, os ideais expressos na Declaração de Independência, que influenciaram os liberais portugueses, alguns deles colaboradores de *O Panorama*, permanecem vivos, alimentando o sonho de que um dia os EUA, assim como o resto do mundo, venham a ser verdadeiramente livres e igualitários.

## Obras Citadas

### I) Fontes Primárias

- Anónimo. "Aldêa illuminada por gaz." *O Panorama*, no. 226, 1841: 280.
- Anónimo. "Brinde Offerecido a Mistress Stowe." *O Panorama*, no. 31, 1853: 245-246.
- Anónimo. "Epitaphio de Franklin." *O Panorama*, no. 51, 1838: 128.
- Anónimo. "Gallicismos." *O Panorama*, no. 7, 1837: 52-53.
- Anónimo. "Henriquetta Beecher Stowe." *O Panorama*, no. 28, 1853: 217-218.
- Anónimo. "Jorge Washington." *O Panorama*, no. 116, 1839: 228-230.
- Anónimo. "Miguel de Cervantes Saavedra." *O Panorama*, no. 42, 1853: 330-332.
- Anónimo. "Mont-Vernon – Residencia de Washington." *O Panorama*, no. 28, 1854: 217-219.
- Anónimo. "Ponte Natural na Virginia." *O Panorama*, no. 31, 1866: 244-245.
- Anónimo. "Uma Rua de Albany." *O Panorama*, no. 21, 1866: 461-462.
- Anónimo. "Scena d'Escravatura." *O Panorama*, no. 40, 1866: 317-318.

### II) Fontes Secundárias

- Anónimo. "Review of *Uncle Tom's Cabin*." *Uncle Tom's Cabin*. Ed. Elizabeth Ammons. New York: W. W. Norton & Company, 2018 [1994]. 529-534.

- "Abraham Lincoln and Emancipation." *Library of Congress*, <https://www.loc.gov/collections/abraham-lincoln-papers/articles-and-essays/abraham-lincoln-and-emancipation/>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- Ammons, Elizabeth. "Freeing the Slaves and Banishing the Blacks: Racism, Empire, and Africa in *Uncle Tom's Cabin*." *Uncle Tom's Cabin*. Ed. Elizabeth Ammons. New York: W. W. Norton & Company, 2018 [1994]. 603-616.
- . "Preface". *Uncle Tom's Cabin*. Ed. Elizabeth Ammons. New York: W. W. Norton & Company, 2018 [1994]. vii-x.
- Bercovitch, Sacvan. *The American Jeremiad*. Madison: University of Wisconsin Press, 1978.
- "Bill of Rights." *Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/Bill-of-Rights-United-States-Constitution>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- Brito, Ricardo de. "O Contributo d'O Panorama na Divulgação Histórica em Portugal no Século XIX (1837-68)." *Historiografia e Res Publica nos Dois Últimos Séculos*. Org. Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, 2017. 337-352.
- Chevalier, Jean e Alain Gheerbrant. *The Penguin Dictionary of Symbols*. Trans. John Buchanan-Brown. London: Penguin, 1996 [1969].
- Coelho, António Borges. "Corpos Presos que Salvam Almas." *Senhores e Escravos nas Sociedades Ibero-Atlânticas*. Coord. Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro. Lisboa: CHAM – Centro de Humanidades, 2019. 11-16.
- Corbett, P. Scott *et al.* *U.S. History*. Houston: OpenStax, 2021.
- Correia, Rita. "O Panorama: Jornal Litterário e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis." *Hemeroteca Digital*. 23 de Novembro de 2012. <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/Dicionariojornais/Textos/Panorama.pdf>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- "Declaration of Independence." *Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/Declaration-of-Independence>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- Dew, Charles B. *Apostles of Desunion: Southern Secession Commissioners and the Causes of the Civil War*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2016 [2001].
- Douglass, Frederick. "What to the Slave is the Fourth of July?" *The Norton Anthology of American Literature*. Ed. Robert S. Levine. New York: W. W. Norton & Company, 2016. 1236-1239.

- Frederickson, George M. "Uncle Tom and the Anglo-Saxons: Romantic Racialism in the North." *Uncle Tom's Cabin*. Ed. Elizabeth Ammons. New York: W. W. Norton & Company, 2018 [1994]. 478-487.
- "Fugitive Slave Acts." *Britannica*. <https://www.britannica.com/event/Fugitive-Slave-Acts>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- Gossett, Thomas F. "Anti-Uncle Tom Literature." *Uncle Tom's Cabin*. Ed. Elizabeth Ammons. New York: W. W. Norton & Company, 2018 [1994]. 491-503.
- "Great Awakening." *Britannica*. <https://www.britannica.com/event/Great-Awakening>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- Habich, Robert D. e Robert C. Nowatzki. *Research Guide to American Literature. Romanticism and Transcendentalism 1820-1865*. New York: Facts on File, 2010.
- "Harriet Beecher Stowe." *Connecticut Explored*. <https://www.ctexplored.org/harriet-beecher-stowe-the-most-famous-american/>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- Hedrick, Joan D. *Harriet Beecher Stowe: A Life*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- Henderson, Mary C. "[Tom-Shows]." *Uncle Tom's Cabin*. Ed. Elizabeth Ammons. New York: W. W. Norton & Company, 2018 [1994]. 504-505.
- Holmes, George F. "Review of *Uncle Tom's Cabin*." *Uncle Tom's Cabin*. Ed. Elizabeth Ammons. New York: W. W. Norton & Company, 2018 [1994]. 518-528.
- Jefferson, Thomas. "Notes on the State of Virginia." *The Norton Anthology of American Literature*. Ed. Robert S. Levine. New York: W. W. Norton & Company, 2016. 711-720.
- . "The Autobiography of Thomas Jefferson." *The Norton Anthology of American Literature*. Ed. Robert S. Levine. New York: W. W. Norton & Company, 2016. 704-710.
- "Kansas-Nebraska Act." *Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/Kansas-Nebraska-Act>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- Land, Jeremy. "Lyman Beecher: Conservative Abolitionist, Theologian and Father." *Madison Historical Review*. 2009: [s.p.]
- Levine, Robert S. "*Uncle Tom's Cabin* in Frederick Douglass' Paper: An Analysis of Reception." *Uncle Tom's Cabin*. Ed. Elizabeth Ammons. New York: W. W. Norton & Company, 2018 [1994]. 577-590.
- . (ed.) *The Norton Anthology of American Literature*. Vol. A. New York: W. W. Norton & Company, 2016 [1979].

- Lincoln, Abraham. "Colonization." *Uncle Tom's Cabin & American Culture*. <http://utc.iath.virginia.edu/abolitn/abar03at.html>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- McDonald, Jeanne Gillespie. "Edward Beecher and the Anti-Slavery Movement in Illinois." *Journal of the Illinois State Historical Society*. Vol. 105 (2012): 9-35.
- Mendes, Ana Paula Coutinho. "Imagologia Literária: Contornos Históricos e Princípios Metodológicos." *Cadernos de Literatura Comparada – I. Para uma Crítica do Discurso Crítico: Narrativa Literária e Identidade*. Orgs. Maria de Fátima Outeirinho e Rosa Maria Martelo. Porto: Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, 2000. 93-100.
- Moll, Nora. "Las Imágenes del 'otro': La Literatura Comparada y los estudios interculturales." *Introducción a la Literatura Comparada*. Org. Armando Gnisci. Barcelona: Editorial Crítica, 2002. 374-389.
- Monteiro, Ana Rita de Almeida Vieira. *Uma Polifonia de Vozes. Análise Comparativa de Duas Traduções Portuguesas de Uncle Tom's Cabin*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2017.
- "Nat Turner." *Britannica*. <https://www.britannica.com/biography/Nat-Turner>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- "Nat Turner's Rebellion." *National Museum of African American History & Culture Smithsonian*. <https://nmaahc.si.edu/explore/stories/nat-turners-rebellion>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- Nayar, Pramod K. *The Postcolonial Studies Dictionary*. Malden/ Oxford/ Chichester: John Wiley & Sons, 2015.
- Nevins, Allan e Henry Graff. "George Washington." *Britannica*. <https://www.britannica.com/biography/George-Washington>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- Oregon Public Broadcasting. "Utopian Promise. Puritan and Quaker Utopian Visions 1620-1750." *American Passages: A Literary Survey*. Los Angeles: Annenberg Learner, 2003. 2-51.
- Petterson, Donald Rahl, et al. "Liberia." *Britannica*. <https://www.britannica.com/place/Liberia>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- Rodrigues, E. "(O) Panorama." *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Coord. Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. 404-405.
- . "Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis." *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Coord. Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. 540.

- "Rudyard Kipling, 'The White Man's Burden' (1899)." *The American Yawp Reader*. <https://www.americanyawp.com/reader/19-american-empire/rudyard-kipling-the-white-mans-burden-1899/>. Consultado a 29 de Junho de 2023.
- Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques (eds.) *Nova História de Portugal. Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Vol. IX. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- . *Nova História de Portugal. Portugal e a Regeneração*. Vol. X. Lisboa: Editorial Presença, 2003.
- Simões, Maria João. "Cruzamentos Teóricos da Imagologia Literária: Imagotipos e Imaginário." *Imagotipos Literários: Processos de (Des)Configuração na Imagologia Literária*. Coord. Maria João Simões. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2011. 9-53.
- Stowe, Harriet Beecher. "Letter to the Abolitionist Eliza Cabot Follen." *Uncle Tom's Cabin*. Ed. Elizabeth Ammons. New York: W. W. Norton & Company, 2018 [1994]. 454-458.
- . *Uncle Tom's Cabin*. Ed. Elizabeth Ammons. New York: W. W. Norton & Company, 2018 [1994].
- Tengarrinha, José. *Nova História da Imprensa Portuguesa: Das Origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.
- "The Spirit of the Laws (1748)." *National Constitution Center*. <https://constitution-center.org/the-constitution/historic-document-library/detail/montesquieu-the-spirit-of-the-laws-1748>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- "'The White Man's Burden': Kipling's Hymn to U.S. Imperialism." *History Matters*, <https://historymatters.gmu.edu/d/5478/>. Consultado em 29 de Junho de 2023.
- Tompkins, Jane P. "Sentimental Power: *Uncle Tom's Cabin* and the Politics of Literary History." *Uncle Tom's Cabin*. Ed. Elizabeth Ammons. New York: W. W. Norton & Company, 2018 [1994]. 554-576.
- Torgal, Luís Reis e João Lourenço Roque (coords.) *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)*. Dir. José Mattoso. Vol. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- Varon, Elizabeth R. *Armies of Deliverance: A New History of the Civil War*. Oxford: Oxford University Press, 2019.